



## 5º Simposio de Ensino de Graduação

### O PAPEL DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS: FOCALIZANDO O ENSINO SUPERIOR

#### Autor(es)

BRUNA MENDES BERNARDINO

#### Orientador(es)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda

#### 1. Introdução

O intérprete de língua de sinais é uma figura pouco conhecida no âmbito acadêmico. Existem poucos estudos no Brasil e no cenário mundial, tanto no que diz respeito ao intérprete de maneira ampla, quanto às pesquisas que remetam ao intérprete educacional especificamente. Este profissional trabalha com um número significativo de pessoas surdas, em muitos países, todavia, pouco se conhece acerca da formação destes profissionais e sobre os efeitos de suas práticas.

Na busca de solucionar os problemas de comunicação enfrentados pelos alunos surdos, quando de sua inserção no ensino regular, surgem propostas de reconhecimento de que estes estudantes necessitam de apoio específico, de forma permanente ou temporária, para alcançar os objetivos finais de educação. Então, devem ser oferecidos apoios tecnológicos e humanos que contemplem de fato suas possibilidades (VOLTERRA, 1994). Um desses apoios humanos é o intérprete de língua de sinais, o qual foi incorporado, em experiências de educação integradora na América Latina, inicialmente no ensino médio e universitário, como discute Famularo (1999), e há vários anos na universidade em vários países (COKELY, 1992). Quando se insere um intérprete de língua de sinais na sala de aula abre-se a possibilidade do aluno surdo poder receber a informação escolar em sinais, através de uma pessoa com competência nesta língua. Assim, este estudo pretende conhecer mais detalhadamente o trabalho de intérpretes de língua de sinais que atuam na universidade, proporcionando acesso aos conteúdos trabalhados. Destaca-se também, a necessidade de analisar a formação em serviço destes profissionais, procurando melhor compreender essa experiência e discutir como a formação de intérprete educacional se dá na prática do ensino superior. No Brasil, a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a legitimidade da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e com isso seu uso pelas comunidades surdas ganha respaldo do poder e dos serviços públicos. Essa lei gerou o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório o ensino da LIBRAS aos estudantes dos cursos de Fonoaudiologia, Letras, Licenciatura e Pedagogia, aos estudantes de magistério e nos cursos de Educação Especial, o que amplia as possibilidades de, futuramente, o trabalho com surdos ser desenvolvido de forma a respeitar sua condição lingüística diferenciada. O decreto focaliza também a importância do intérprete, prevê a presença deste profissional nos vários contextos educacionais,

inclusive no ensino superior, e indica a necessidade de formação em nível superior de Tradutor Intérprete de LIBRAS/Português, em cursos a serem criados.

A falta de preparo e formação específica atualmente presentes, além de prejudicar a formação do aluno surdo, dificulta a escolha e acarreta no descrédito da profissão: prejudicando os profissionais que tem investido na qualificação nesta área (MARTINS, 2006).

Sander (2003) discute que os intérpretes de Língua de Sinais que trabalham em Universidade deveriam ter, no mínimo, uma formação superior, preferencialmente na área em que atuam, além de um curso de intérprete oferecido pelo órgão responsável, FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), só assim pode-se falar em intérpretes profissionais, qualificados e certificados.

Para o autor, acadêmicos surdos necessitam de intérpretes de língua de sinais (ILS), para que possam usar da sua cidadania e aproveitar ao máximo a possibilidade de interação em aula, junto com seus colegas ouvintes, tirando dúvidas, questionando, opinando e mostrando sua capacidade, através de um profissional intérprete. Para este autor, a formação de ILS que trabalha como intérprete em universidades deveria ser, no mínimo, de ensino superior, preferencialmente, na área em que atua, além de ser formado em um curso de intérprete de língua de sinais reconhecido oficialmente. Só assim poderá se falar em intérpretes profissionais, qualificados e certificados e que garantam a apropriação do conhecimento necessária em uma universidade.

## 2. Objetivos

---

Esse estudo visa conhecer aspectos da atuação de intérpretes de LIBRAS que trabalham no Ensino Superior e como se dá sua formação nas várias regiões do país. Pretende-se, também, melhor compreender essa experiência com interesse em contribuir para a futura formação deste profissional.

## 3. Desenvolvimento

---

Para a pesquisa foram entrevistados nove intérpretes de diversas regiões do Brasil que atuam em sala de aula do ensino superior, através de perguntas via e-mail, ou em chats (salas de bate-bapo na internet) visando obter o depoimento de um maior número de sujeitos que atuam como intérpretes em diversas regiões do Brasil. Neste artigo, focalizaremos o depoimento de apenas um desses intérpretes de LIBRAS/Português que atua em Universidade privada, na região sul do Brasil, região na qual a prática de interpretação na universidade é melhor consolidada e por este motivo será foco deste estudo. A intérprete aqui chamada de Pitanga (nome fictício para resguardar sua privacidade) trabalha como intérprete há pelo menos 6 anos. Aprendeu a LIBRAS na Faculdade em que cursou Educação Especial/Educação de Surdos, curso de graduação de 4 anos, no qual a LIBRAS é conteúdo curricular, fazendo vários cursos específicos de formação (extensão) na área de lingüística e aspectos culturais para atuar como ILS, sem, contudo ter certificação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Tem 28 anos, interpreta para apenas uma estudante surda do curso de Sistemas de Informação. A priori, foram feitos contatos via e-mail ou listas de discussão e chats com os intérpretes detalhando como seria realizada a pesquisa, e a partir de seu consentimento e disponibilidade para participar, foram enviadas perguntas dando um prazo para o retorno das respostas. De acordo com as respostas obtidas, novas perguntas foram feitas, e ao final, quando os pontos e argumentos estavam esclarecidos, os participantes foram convidados a ler uma versão do conjunto dos relatos, e rever pontos da entrevistas que não ficaram claros, retirar pontos ou acrescentar outros. Novos contatos foram feitos até que o entrevistado não tivesse mais nada a acrescentar ao material apresentado. O objetivo central do uso dessa técnica é deixar os sujeitos à vontade, confiantes de que podem alterar os conteúdos relatados se assim o quiserem, sem um caráter de respostas fechadas ou pontuais. A análise metodológica dos resultados foi pautada nos pressupostos da análise microgenética, já que se trata de um trabalho que requer detalhamento, atentando para o recorte dos depoimentos, cuja preocupação centraliza-se no estudo dos processos descritos e não de produtos ou objetos. A identidade do sujeito será resguardada, bem como das instituições de ensino superior (IES) envolvidas, já que o que se pretende é a análise dos depoimentos e das situações vivenciadas, sem que seja necessário qualquer dado de identificação.

#### 4. Resultados

---

Qual sua formação para atuar como ILS? “Aprendi LS durante os 4 anos da faculdade, embora essa não me desse a formação para ils... pois não basta saber LS para se tornar um ILS... no entanto, tive uma amplitude das discussões que cercavam a educação de surdos, e sempre me senti desafiada a atuar como ILS, aprofundando a LS, ressignificando novos conceitos que estão na educação de surdos... enfim, tudo isso fez com que eu procurasse cursos específicos de formação (extensão) lingüística e cultural para ter uma base de como um ils atua. Mas a formação propriamente dita, infelizmente ocorreu na prática diária de interpretação”. Pelo trecho destacado pode-se perceber que a intérprete tem consciência que para atuar como intérprete não basta somente saber LIBRAS, pois a atuação desse profissional vai além de apenas interpretar. Vale ressaltar que a intérprete tem formação em curso específico para educação de surdos, o que é imprescindível para um trabalho efetivo, já que participou de amplas discussões que cercam a educação de surdos. Mas, infelizmente isso não acontece com frequência no Brasil, pois estes profissionais, em sua maioria, não têm curso superior, nem tão pouco formação específica para atuar como Intérprete de Língua de Sinais. Como é sua relação com os docentes do curso em que atua? “É uma relação técnica porque o curso tem esse perfil, é da área técnica... mas os professores fornecem material e estão sempre dispostos a explicar o conteúdo se eu não compreendi. Para a aula quando há muitos conceitos técnicos (fazem um parênteses explicando de forma mais clara aquele conceito), enfim eles se envolvem mesmo... é uma equipe muito boa mas com erros e acertos conforme qualquer equipe”. Outro ponto importante a ser discutido é a relação do intérprete com os docentes e demais profissionais da Instituição em que trabalha. A intérprete relata que sua relação com os professores é técnica, pois se preocupam somente se o conteúdo ficou claro para poder ser passado à aluna surda. Relata também que os materiais são disponibilizados com antecedência para que ela possa se organizar, e há ainda, monitores das disciplinas específicas que a auxiliam quando não há o entendimento do conteúdo. Cabe destacar novamente que esta prática nem sempre é frequente. Muitos professores não disponibilizam materiais de aula com antecedência, e a presença de monitores não é constante (Nakazato e Harisson, 2004) Quais as suas dificuldades na sua atuação como ils no ensino superior? “Muitas tem sido as conquistas em relação ao profissional ILS na universidade onde trabalho mas certamente sinto dificuldades como: - falta de vocabulário na área técnica; - falta de outro profissional ILS que possa realizar revezamento na interpretação, pois se cansa muito; o processo de interpretação é muito desgastante; - mesmo com todo trabalho realizado pelo Programa de Acessibilidade em relação ao profissional ILS, alguns professores são resistentes em relação a esse profissional; - o preconceito por parte dos homens, já que são 35 homens e duas mulheres apenas (a aluna surda e a ILS, nesse caso eu.) é existente; - falta de formação específica para a atuação na área técnica. Essas são algumas das dificuldades...” De acordo com os depoimentos, inúmeras são as dificuldades acerca da atuação como intérprete. Uma delas é a falta de formação na área específica e conseqüentemente, a falta de vocabulário técnico, como já discutido. Outra dificuldade citada é falta de outro profissional ILS que possa realizar revezamento na interpretação, pois o processo de interpretar é muito desgastante, já que tem a responsabilidade de interpretar todas as matérias ministradas diariamente. Além disso, outro fator mencionado é que mesmo com todo trabalho realizado pelo Programa de Acessibilidade em relação ao profissional ILS, alguns professores ainda são resistentes a esse profissional, além de enfrentar o preconceito por parte dos estudantes em relação ao fato da aluna surda ser uma mulher em um curso em que a maioria é do sexo masculino e, por isso, a dificuldade da estudante em realizar trabalhos em grupo, além de influenciar em alguns momentos no trabalho da ILS, já que tem que se esforçar para buscar estratégias informais para utilizar uma linguagem adequada por se tratar de um ambiente predominantemente masculino, que cria frequentemente “embaraços”.

#### 5. Considerações Finais

---

Diante dos dados é possível concluir que o intérprete, por sua difícil tarefa de tornar acessível ao estudante surdo os conteúdos científicos, necessita de formação contínua. Estratégias como o acesso com antecedência, ao material a ser transmitido pelo intérprete durante a aula, podem colaborar para a melhoria da interpretação dos conceitos. Neste sentido, é fundamental a parceria do intérprete e o professor, pois permite minimizar alguns dos problemas da inclusão no Ensino Superior, facilitando assim, o acesso ao

conteúdo acadêmico do aluno surdo.

Como observado nos depoimentos, o ILS precisa buscar sinais e formas adequadas de passar os conteúdos na tentativa de construir com a aluna surda os conceitos almejados a partir das possibilidades que apresentam. Nesse sentido, o trabalho do intérprete se torna complexo e por vezes distorcido, pois apenas interpretar é bastante insuficiente.

Os depoimentos também indicam a necessidade de que o ILS tenha formação específica sobre os conteúdos do curso superior em que atua, além de formação que o habilite para atuar como intérprete, pois a falta de conhecimento da área técnica faz com se torne cada vez mais difícil essa atuação e, conseqüentemente, um ensino de boa qualidade para os surdos que se encontram no Ensino Superior.

## Referências Bibliográficas

---

COKELY, D. **Interpretation: a sociolinguistic model**. Sign Language Dissertation Series. Silver Spring, MD: Linstok Press, 1992.

**DECRETO LEI Nº 5.626/2005**. 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005.

FAMULARO, R. Intervención Del intérprete de lengua de señas/lengua oral en el contrato pedagógico de la integración, in SKLIAR, C (org.). **Atualidade da Educação Bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

HARRISON, K. M. P., NAKASATO, R. Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível, in Lodi, A. C. B.(org.). **Leitura e escrita**. Porto Alegre: mediação, 2004. p.66-72.

LACERDA, C. B. F. **A escola inclusiva para surdos: refletindo sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula**. Roma: relatório científico de pós-doutorado apresentado à FAPESP. 2003.

**LEI DE LIBRAS Nº 10.436**. 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

SANDER, R. Questões do intérprete da língua de sinais na universidade, in Lodi, A.C.B.(org.). **Letramento e minorias**. 2ª ed. Porto Alegre: mediação, 2003.p.29-135.

VOLTERRA, V. **Linguaggio e sordità – parole e segni per l' educazione dei sordi**. Firenzi: La Nuova Itália, 1994.